

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE GRAVATAÍ – IPAG – RS

CONCURSO PÚBLICO

VESPERTINO – 11/03/2012

NÍVEL SUPERIOR

PROVA OBJETIVA – MÉDICO AUDITOR

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Confira seus dados no cartão-resposta: nome, número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu.
2. Assine seu cartão-resposta.
3. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciada a prova.
4. Sua prova tem **40** questões, com **5** alternativas.
5. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, ou rasuradas, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
6. O cartão-resposta não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
7. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, **o fiscal** não poderá fazer nenhuma interferência.
8. A prova será realizada com duração máxima de **3 (três) horas**, incluído o tempo para a realização da prova objetiva e o preenchimento do cartão-resposta.
9. O candidato poderá retirar-se do local de realização das provas somente **1 hora** após o seu início.
10. O candidato poderá retirar-se da sala levando consigo o caderno da prova objetiva somente **1 hora e 30 (trinta) minutos** após o seu início.
11. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido e assinado.
12. Os **3 (três)** últimos candidatos que realizarem a prova deverão permanecer na sala para acompanhar o fechamento do envelope contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes e assinar a ata de sala atestando que o envelope foi devidamente lacrado.

BOA PROVA!

PROVA OBJETIVA – MÉDICO AUDITOR

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto 01 que servirá de base para as questões 01 a 04.

PORQUE CORTAR VAGAS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO É CRIME DE LESA-PÁTRIA.

Se a lógica de fechar cursos insatisfatórios vale para o sistema de ensino superior, por que não haveria de valer para a educação básica?

Gustavo loschpe



No apagar das luzes da gestão Haddad, o Ministério da Educação decidiu cortar 50 000 vagas de cursos universitários de “baixa qualidade”, que não tinham atingido a nota mínima no mecanismo de avaliação do ministério. Mais de 30 000 das vagas cortadas são da área de saúde. A lógica dos cortes é elevar a qualidade do sistema universitário, fazendo com que as melhores instituições possam crescer adicionando as vagas subtraídas das más instituições e a população seja protegida de profissionais despreparados.

A maioria das pessoas parece concordar com a medida, e até jornais liberais a apoiaram em editorial. Se você concorda com ela, gostaria de ir um passo adiante e recomendar que também sejam cortadas todas as vagas de escolas de educação básica de má qualidade. Se a lógica vale para o sistema de ensino superior, por que não haveria de valer para a educação básica, que é certamente ainda mais importante para o país e açambarca um número consideravelmente mais alto de alunos (51 milhões, contra 6 milhões do ensino superior)? O corte de matrículas na educação básica faz muito mais sentido do que no ensino superior. Primeiro, porque, enquanto os alunos da educação superior são jovens e adultos que têm a capacidade cognitiva para passar por todo um sistema educacional e também por um vestibular ou Enem e, portanto, possuem todas as condições de saber qual é a qualidade da faculdade em que estão ingressando, os alunos que entram em uma escola na 1ª série têm reduzidas (para não dizer nenhuma) condições de saber a qualidade daquela escola. (...) Em segundo lugar, frequentar o ensino superior é uma escolha, enquanto a educação básica é compulsória; é mais lógico proteger alguém de um mal obrigatório do que de outro, opcional. Finalmente, faz um grande sentido financeiro adiantar a extinção das vagas. Se quem será mau profissional deve ficar na ignorância, faz mais sentido começar o corte lá pelo 3º ou 4º ano da escola. Como é óbvio que um aluno analfabeto jamais poderá ser um profissional competente, para que gastar anos de sua vida e muitos reais com merenda, transporte, livros, professores e escolas se ele já está condenado? A maioria dessas pessoas vai sair da escola mesmo ao longo dos anos — temos 3,2 milhões de alunos na 1ª série do ensino fundamental, mas só 2,2 milhões no último ano do ensino médio —, então por que não tornar o processo mais objetivo e chancelado pelo governo, em vez de causar prejuízos aos cofres públicos e perda de tempo e dinheiro aos alunos e seus pais?

Talvez você esteja pensando que a educação é um direito do cidadão; não poderia, portanto, ser suprimido. Em tese, concordo. Mas veja os resultados da Prova ABC, aplicada no ano passado pelo Inep e por ONGs em alunos do 3º ano: ela mostrou que quase 60% dos estudantes não aprendem o mínimo esperado para essa série em matemática e quase 45% em leitura.

(...) A ideia de que é bom cortar vagas é uma mistura de preguiça intelectual com realismo mágico. Porque as pessoas ouvem falar que uma enfermeira matou um paciente ao colocar vaselina em vez de soro na injeção e então, indignadas e pensando com o fígado, bufam: “Precisamos proteger a sociedade de profissionais como esses! Vamos atacar o problema na fonte, fechando as más escolas formadoras!” (...) É fácil ficar indignado com vaselina na seringa, porque vira notícia. Mais difícil é lamentar os milhares de casos anônimos de gente que morre em casa por não ter atendimento médico ou por ser atendida por um ótimo médico estafado por ter de dar conta de uma demanda sobre-humana. Esses casos permanecem no limbo. Assim como o dos milhares de presos pobres e inocentes que não podem pagar um advogado e em locais onde não há defensores públicos que cheguem.

O realismo mágico a que me referia é o de pessoas que acreditam que o mundo é binário, em que há profissionais bons e ruins, instituições boas e ruins, e que, se cortarmos as instituições ruins, é claro que suas vagas serão ocupadas pelas instituições boas, que formarão bons profissionais. Mas a realidade é mais complexa.

O aluno que frequenta uma universidade mal avaliada não o faz porque é burro ou está sendo enganado, e sim porque aquela é a melhor instituição em que conseguiu entrar, ou a mais barata com que seu bolso pode arcar. Se essa vaga for cortada, portanto, ele não vai estudar na USP nem na FGV. Vai ficar sem estudar. A tônica de um país em desenvolvimento, como o nosso, é justamente a existência de desequilíbrios: há mais demanda do que oferta, e não há gente qualificada para atender a todos. Não só na medicina, mas em todas as áreas, do conserto do carro ao transplante de medula. Não há como gerar atendimento de Primeiro Mundo a todos porque simplesmente não há gente que chegue com qualificação de Primeiro Mundo. É demagogia querer oferecer uma sensação de proteção contra erros. Erros acontecerão. A questão não é o que fazer para acabar com eles,

porque isso é impossível, mas sim o que fazer para minorá-los. E a saída certamente passa por ter mais gente com alguma qualificação, não menos. É melhor ter gente com qualificação insuficiente do que com qualificação nenhuma. Às vezes digo isso e as pessoas me perguntam: “Mas você gostaria de fazer uma ponte de safena com um médico formado por uma dessas universidades caça-níqueis que ficam em cima de uma padaria?”. É claro que não. Nem eu nem ninguém. Num mundo ideal, só gostaria de ser operado pelo melhor médico do mundo naquela especialidade. Mas no mundo real a maioria das pessoas não terá dinheiro para se operar com o melhor do mundo, e, mesmo que tivesse, esse profissional não teria tempo para atender a todos. No mundo real, para grande parte das pessoas, ou elas vão ser operadas pelo médico ruim ou não vão ser operadas por ninguém. (...).

Gustavo Loschpe é economista. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/por-que-cortar-vagas-em-instituicoes-de-ensino-e-crime-de-lesa-patria> - Acessado em 21/01/12. Adaptado.

01. De acordo com a opinião do autor do texto, é CORRETO afirmar:

- a) Mesmo que boas instituições de ensino abram vagas para suprir as que foram fechadas pelas más, não é possível ter profissionais plenamente competentes.
- b) O corte das vagas em instituições de ensino é um atentado contra a pátria porque leva as pessoas a acharem que o mundo funciona de modo binário.
- c) A instrução de muitos alunos ficará totalmente comprometida com a medida.
- d) As universidades que atingiram a nota mínima nas avaliações são a única opção para aqueles que já saíram de uma educação básica de qualidade questionável.
- e) Certas universidades terão de fechar vagas para que as melhores instituições de ensino do país possam dar oportunidade a alunos que jamais poderiam ter acesso a uma Educação Superior.

02. É CORRETO inferir a respeito do texto:

- a) Faz mais sentido cortar vagas na Educação Básica porque há uma maior quantidade de alunos compulsórios do que no Ensino Superior.
- b) A cognição dos alunos em início de carreira escolar não permite que eles consigam alcançar a instrução satisfatória para ser um bom profissional. A educação básica seria, portanto, um investimento infrutífero.
- c) A exposição nos meios de comunicação de casos específicos faz com que excelentes profissionais sejam esquecidos e, de uma certa forma, punidos pela sociedade.
- d) Numa situação de extrema necessidade, seria melhor ter um profissional mediano do que nenhum, pois apenas num mundo perfeito todos teriam acesso aos melhores especialistas.
- e) É inevitável que, em todas as áreas profissionais, erros aconteçam porque as vagas que forem abertas nas instituições renomadas de ensino em tempo algum serão preenchidas.

03. Com base no texto, analise as seguintes proposições:

I – A função referencial é a predominante pois há palavras empregadas em sentido figurado para influenciar a opinião crítica do leitor.

II – Como recurso estilístico, o autor utiliza o neologismo “minorá-los”(l. 68), que significa “minimizá-los”.

III – De acordo com o Novo Acordo Ortográfico, em “ O aluno que frequenta uma universidade mal avaliada...”(l. 59), na expressão sublinhada, emprega-se o hífen.

Está(ão) CORRETA(s) a(s) proposição(ões):

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

04. Em “...quase 60% dos estudantes não aprendem o mínimo esperado para essa série em matemática...” (l. 40), o verbo concorda, corretamente, com o número expresso na porcentagem. Assinale a alternativa em que a concordância NÃO está de acordo com as regras gramaticais nas frases adaptadas do texto:

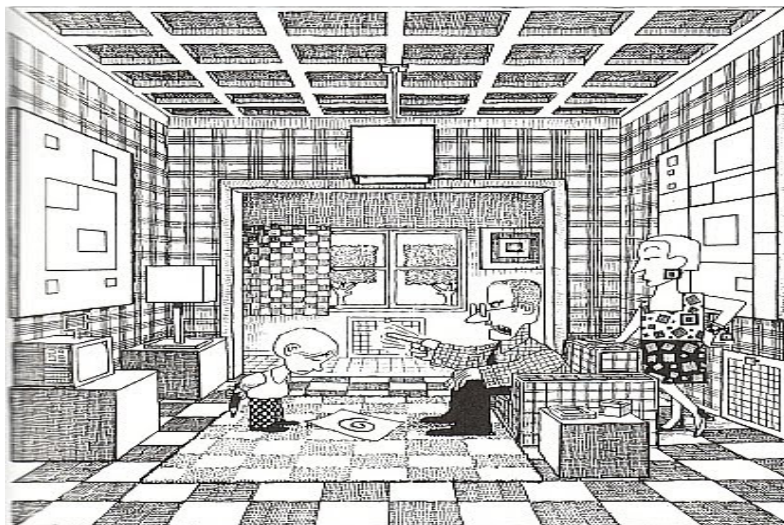
- a) Não haviam mais vagas no Ensino Superior.
- b) De todo o investimento, não sobraram senão prejuízos.
- c) Mais de um paciente já ficou sem atendimento neste hospital.
- d) Eram os jovens adultos que perderiam a oportunidade de estudar.
- e) A não ser num mundo ideal, ninguém será atendido sempre pelo melhor especialista.

05. Assinale a alternativa que contém a palavra formada por justaposição:

- a) Repatriar.
- b) Erva-doce.

- c) Pedreiro.
- d) Colonial.
- e) Embora.

Observe atentamente a gravura abaixo para responder às questões 06 e 07.



Quino. Disponível em http://1.bp.blogspot.com/_Y5WwUwRi3k8/TPMLZD1jJwI/AAAAAAAAAmA/7iiS5wfTemg/s1600/Quino.jpg, acessado em 02/02/2012.

06. Com base na figura do cartunista Quino, julgue os itens abaixo:

- I – Está explícito que a criança não seguirá a carreira artística por não ter aprovação de seus pais.
- II – Está subentendido que os pais, mais cedo ou mais tarde, terão de absorver novos padrões sociais.
- III – O pensamento inovador da personagem infantil não será facilmente aceito.

Está(ão) CORRETO(s) o(s) item(ns):

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) II, somente.
- d) II e III, somente.
- e) III, somente.

07. As formas geométricas predominantes na figura exprimem:

- a) Harmonia e elegância no estilo de vida da família.
- b) Que o menino está com problemas de aprendizagem.
- c) A necessidade urgente de reformas no ambiente familiar.
- d) Que toda a sociedade vive, em um mundo antiquado.
- e) A ideologia conservadora e rígida dos pais da criança.

Leia o trecho do poema de Mário Quintana para responder as questões 08 e 09.

Poema de circunstância

Onde estão os meus verdes?
 Os meus azuis?
 O arranha-céu comeu!
 (...)
 Sim, uma grande árvore...
 Enquanto há verde,
 Pastai, pastai, olhos meus...
 Uma grande árvore muito verde...Ah,
 Todos os meus olhares são de adeus
 Como um último olhar de um condenado!

Disponível em <http://quintanaeterno.blogspot.com/2009/05/poema-da-circunstancia.html>, acessado em 02/02/12

08. Assinale a alternativa que, respectivamente, expressa o significado dos verbos “comer” e “pastar” no poema:

- a) Dar fim; regalar-se.
- b) Pastar; comer.
- c) Demolir; despedir-se.
- d) Humilhar; louvar.
- e) Roubar; Cuidar.

09. “Enquanto há verde” é Oração Subordinada:

- a) Substantiva Subjetiva.
- b) Adverbial Condicional.
- c) Adverbial Temporal.
- d) Adjetiva Restritiva.
- e) Adverbial Conformativa.

10. Com base no Manual de Redação Oficial, sobre Aviso e Ofício, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si, e no caso do ofício, também com particulares.
- b) Quanto à forma, seguem o modelo do padrão ofício, com acréscimo do vocativo, que invoca o destinatário, seguido de vírgula.
- c) Enquanto o Aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, o Ofício é expedido para e pelas demais autoridades.
- d) Devem constar do cabeçalho ou do rodapé do Ofício, sobre o remetente: o nome do órgão ou setor, o endereço postal, telefone e endereço de correio eletrônico.
- e) Por ser expedido por Ministros de Estado, o Aviso deve conter informações sempre detalhadas e é obrigatório o uso das expressões “Tenho a imensa honra de” ou “Tenho o imensurável prazer de”.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

11. Nos termos o Artigo 1º da Lei Municipal nº 1.493/96, são consideradas graves, conforme o caso, quando contagiosas ou incuráveis, e se incapacitantes para a função pública, as seguintes moléstias, EXCETO:

- a) Hanseníase.
- b) Fibrose física.
- c) Síndrome de imunodeficiência adquirida.
- d) Anemia falciforme.
- e) Neoplasia maligna.

12. A respeito da estrutura administrativa do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Gravataí, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os cargos criados pela Lei nº 1.444/99, bem como os cargos de Assessor Jurídico, Programador e motorista, criados, respectivamente, pelas Leis nº 2.178/04, nº 1.140/97 e nº 2.183/04, ficam extintos a partir da publicação de Lei nº 3.132/11, independentemente de nova disposição legal neste sentido.
- b) Fica estabelecido ao Cargo de Procurador Jurídico igual padrão de remuneração e carga horária estabelecida para o cargo de Procurador Jurídico da Administração Direta, mantendo-se as demais disposições e garantias da Lei 2.113/04, sendo-lhe extensíveis ainda todas as garantias que venham a ser instituídas para o cargo de Procurador Jurídico da Administração Direta.
- c) Os servidores designados para as funções gratificadas previstas na Lei nº 3.132/11 as desempenharão cumulativamente com as funções normais de seus cargos permanentes.
- d) Os servidores designados para as funções gratificadas de Conselheiro as desempenharão cumulativamente com as atribuições de seus cargos efetivos, sem prejuízo da percepção de outras gratificações inerentes a estes últimos, inclusive eventual gratificação de função.
- e) Todos os cargos em comissão elencados na Lei nº 3.132/11 serão providos a partir da indicação do Conselho Deliberativo do IPAG e da respectiva nomeação efetivada pelo Prefeito Municipal.

13. Nos termos da Lei Municipal nº 676/91, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Categoria é o grau de requisitos exigidos para acesso e provimento do cargo, consoante sua complexidade, responsabilidades, atribuições, e habilitações ou qualificações, desdobrados em classes e padrões de desenvolvimento funcional.
- b) Ascensão é o desenvolvimento do servidor efetivo mediante passagem de uma determinada categoria profissional para outra distinta, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.
- c) Transposição é o desenvolvimento vertical do servidor efetivo, dentro de uma mesma categoria profissional, mediante passagem de um nível para nível superior, pelo critério de habilitação ou qualificação profissional exigidos para o acesso correspondente.
- d) Progressão é o desenvolvimento horizontal do servidor efetivo dentro de um mesmo nível, mediante avanço de um padrão para o padrão imediatamente seguinte, pelo critério de tempo de serviço.

e) Promoção é o desenvolvimento vertical do servidor efetivo dentro de um mesmo nível, mediante passagem de uma classe para a classe imediatamente superior, pelo critério de merecimento.

14. A respeito da Lei Municipal nº 715/92, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Os direitos e vantagens da presente Lei e demais disposições pertinentes que não tenham sido expressamente excepcionais, somente são aplicáveis e se estendem àqueles servidores municipais regularmente submetidos aos preceitos e demais normas emergentes do Estatuto do Servidor Público do Município de Gravataí, sujeitos ao regime jurídico único, estatutário, de conformidade com os preceitos constitucionais.

b) Os valores pecuniários correspondentes aos vencimentos básicos para os cargos de provimento efetivo, cargos em comissão, funções de confiança, funções gratificadas e gratificações de cargos e funções, serão obtidos através da multiplicação dos coeficientes, respectivamente, fixados para cada qual, pelo Valor Referencial de Vencimento vigente, o qual representa o menor vencimento básico de cargo público municipal, na forma da Lei.

c) As funções gratificadas existentes antes da promulgação da Lei nº 715, de 30 de abril de 1992, serão mantidas, com seus respectivos valores, sendo extintas quando vagarem.

d) Além dos respectivos vencimentos ou gratificações, os Secretários e o Procurador-Geral, do Município, perceberão verbas de representação equivalentes a 50% (cinquenta por cento) do correspondente padrão de vencimento básico.

e) As atribuições cometidas aos detentores de funções gratificadas ou gratificados pelo exercício de funções específicas correspondem à condução de serviços e atividades nas respectivas unidades administrativas, de maior grau de responsabilidades, ou em razão de dificuldades inerentes às atribuições desempenhadas, ou, ainda, em razão de formação profissional ou técnicas específicas exigidas em razão do serviço, sendo concedidas, facultativamente, ao exclusivo critério da Administração.

15. Com base na Lei Municipal nº 681/91, a respeito da concessão de licença ao servidor, assinale a alternativa CORRETA:

a) Ao servidor que se tornar pai, será concedida licença de 5 (cinco) dias consecutivos, sem prejuízo de sua remuneração, mediante prévia ou subsequente apresentação de certidão de nascimento do filho.

b) Ao servidor que se tornar pai, será concedida licença de 5 (cinco) dias consecutivos, sem prejuízo de sua remuneração, nos casos de adoção ou guarda judicial de menor de 8 (oito) anos, mediante apresentação de documento hábil.

c) À servidora que adotar, ou judicialmente receber a guarda de criança menor de dois anos, será concedida licença de 120 (cento e vinte dias) dias consecutivos, sem prejuízo de sua remuneração, mediante apresentação de documento hábil.

d) À servidora que adotar, ou judicialmente receber a guarda de criança maior de 2 (dois) anos e menor de 8 (oito) anos, ensejará uma licença de sessenta dias consecutivos.

e) Nenhum servidor terá direito à licença em caso de adoção ou guarda judicial de menor.

16. Segundo a Lei nº 681, de 26 de dezembro de 1991, que institui o regime jurídico único dos servidores públicos do Município de Gravataí - RS e dá outras providências, o servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquire estabilidade no serviço público ao completar um certo tempo de efetivo e ininterrupto exercício do cargo, desde que aprovado em estágio probatório. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa. De quanto é o tempo de efetivo e ininterrupto exercício no cargo para que o servidor adquira a estabilidade?

a) 1 (um) ano.

b) 2 (dois) anos.

c) 3 (três) anos.

d) 5 (cinco) anos.

e) 10 (dez) anos.

17. Segundo a Lei nº 681, de 26 de dezembro de 1991, que institui o regime jurídico único dos servidores públicos do Município de Gravataí - RS e dá outras providências, a "Transferência" é:

a) A passagem do servidor estável de cargo efetivo de carreira, para outro de igual denominação, categoria e vencimento básico, pertencente a quadro funcional diverso.

b) A investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica oficial credenciada.

c) O retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por decisão administrativo ou judicial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

d) A reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão, por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

e) O retorno do servidor efetivo estável ao cargo anteriormente ocupado.

18. Com base na Lei nº 1.053, de 14 de agosto de 1996, que dispõe sobre o sistema de seguridade social aos servidores públicos do Município de Gravataí - RS, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para a sua atividade funcional, qualquer que seja a causa, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do 16º (décimo sexto) dia, inclusive, da incapacidade e enquanto permanecer nessa condição.
- b) Não será devido auxílio-doença ao segurado que se filiar à entidade já portador de doença ou lesão invocada como causa para a percepção do benefício, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento desta doença ou lesão.
- c) Será devido auxílio-doença à segurada que se encontrar em Licença Gestante.
- d) A concessão do auxílio-doença depende da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial a cargo da entidade, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança.
- e) O segurado em gozo de auxílio-doença, insuscetível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para readaptação e exercício de uma atividade funcional compatível, na forma da lei, não cessando o benefício até que haja dado como habilitado para o desempenho de uma nova atividade, ou, quando considerado não recuperável, seja aposentado por invalidez.

19. Segundo a Lei nº 1.053, de 14 de agosto de 1996, que dispõe sobre o sistema de seguridade social aos servidores públicos do Município de Gravataí - RS, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Gravataí - IPAG, constitui-se em:

- a) Órgão de administração direta do Município, com personalidade jurídica de natureza autárquica, dotado de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com sede e foro na cidade de Gravataí - RS.
- b) Órgão de administração direta do Município, com personalidade jurídica de natureza fundacional, dotado de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com sede e foro na cidade de Gravataí - RS.
- c) Órgão de administração direta do Município, com personalidade jurídica de natureza fundacional, dotado de dependência administrativa e autonomia patrimonial e financeira, com sede e foro na cidade de Gravataí - RS.
- d) Órgão de administração indireta do Município, com personalidade jurídica de natureza autárquica, dotado de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com sede e foro na cidade de Gravataí - RS.
- e) Órgão de administração indireta do Município, com personalidade jurídica de natureza autárquica, dotado de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com sede e foro na cidade de Porto Alegre - RS.

20. Segundo o Regulamento do Sistema de Assistência à Saúde do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Gravataí – IPAG, a Assistência Odontológica abrangerá alguns segmentos assistenciais, dentre eles a “Clínica Geral”, que entende-se como:

- a) A área da Odontologia que se dedica à prevenção de doenças bucais por meio de orientação de higiene e da dieta e uso racional do flúor.
- b) A especialidade que trata da saúde bucal de pacientes de 0 (zero) a 14 (quatorze) anos.
- c) O segmento dedicado às restaurações, temporárias ou definitivas, funcionais dos elementos dentários.
- d) A área da Odontologia que se dedica à prevenção de doenças bucais por meio de orientação de higiene e da dieta e uso racional do flúor.
- e) Todos os procedimentos odontológicos possíveis de serem realizados por cirurgião-dentista e clínico geral não especialista (Prevenção e Promoção de Saúde Oral, Dentisteria, Cirurgias orais menores, Periodontia e Endodontias de menor complexidade e Urgências Odontológicas).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Para acompanhar o processo de crescimento do SUS (Sistema Único de Saúde), suas ações, seus indicadores e resultados, foram desenvolvidos diferentes sistemas e redes de informações. Qual o sistema responsável por apresentar informações sobre os Programas de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família?

- a) Sinasc.
- b) Sim.
- c) Siab.
- d) Sinan.
- e) Sisvan.

22. As Comissões Intergestores nos âmbitos federal e estadual, sob as diretrizes dos respectivos Conselhos de Saúde e indicações das Conferências de Saúde, podem ser caracterizadas como as principais instâncias de decisões compartilhadas e, portanto, fóruns inegáveis de pactuação na gestão da saúde. São consideradas as principais instâncias de participação e controle do SUS, EXCETO:

- a) Conferências de saúde.
- b) Conselhos de saúde.
- c) Comissão Corregedora Tripartite.

- d) Comissão Intergestores Bipartite.
- e) Comissão Intergestores Nacional.

23. De acordo com a origem dos profissionais que nela atuam, qual é considerada uma forma de operacionalização da auditoria?

- a) Integrada.
- b) Descentralizada.
- c) Indireta.
- d) Operacional.
- e) Regular.

24. Dentre as doenças infecciosas e parasitárias, qual está relacionada com trabalhos que requerem longas imersões das mãos em água limpa e irritação mecânica das mãos?

- a) Hepatite A.
- b) Candidíase.
- c) Dengue.
- d) Leptospirose.
- e) Leishmaniose cutânea.

25. Diversas neoplasias estão relacionadas à exposição a agentes etiológicos ou fatores de risco de natureza ocupacional. A leucemia, uma neoplasia hematológica bem conhecida, está relacionada à exposição do trabalhador a qual dos agentes abaixo?

- a) Asbesto.
- b) Cromo.
- c) Níquel.
- d) Oxido de etileno.
- e) Arsênio.

26. A auditoria consiste no exame sistemático e independente dos fatos obtidos através da observação, medição, ensaio ou outras técnicas apropriadas, de uma atividade, elemento ou sistema, para verificar a adequação aos requisitos preconizados pelas leis e normas vigentes e determinar se as ações de saúde e seus resultados estão de acordo com as disposições planejadas. São princípios básicos da auditoria relativos à pessoa do auditor, EXCETO:

- a) Soberania.
- b) Independência.
- c) Objetividade.
- d) Cautela.
- e) Parcialidade.

27. As ações de saúde, quando organizadas por nível de complexidade, permitem ao gestor visualizar melhor a resolubilidade em seu território e a necessidade de encaminhamentos a serviços mais complexos, localizados fora de sua área. Um dos principais níveis de programação é o das ações de vigilância epidemiológica que consiste em:

- a) Inspeção sanitária, coleta de amostras, investigações de agravos, controle de qualidade da água e educação.
- b) Controle e análise das autorizações de internações hospitalares.
- c) Procedimentos de controle de doenças transmitidas por vetores e endemias.
- d) Imunização, atendimentos clínicos e cirúrgicos nas especialidades básicas, odontologia preventiva, dentística, cirúrgica básica e procedimentos de profissionais de nível médio e/ou superior.
- e) Atendimentos clínicos e cirúrgicos especializados, procedimentos especializados em odontologia, órtese e prótese e serviços de apoio de diagnose e terapia de média complexidade.

28. A metodologia de utilização de indicadores quantitativos para inferir a qualidade das ações e seu impacto nas condições de saúde possibilita diferentes graus de detalhamento e deve ser dinâmica, conforme o resultado das ações de auditoria e/ou de reorganização dos modelos assistencial e gerencial. Qual dos indicadores utilizados na auditoria analítica determina a proporção de acréscimo ou decréscimo da produção ou pagamento de um procedimento, de um período em relação a outro anterior?

- a) Taxa de incremento.
- b) Taxa de evasão.
- c) Taxa de alcance de meta.
- d) Taxa de cobertura.
- e) Taxa de divergência.

29. O ato de glosa exercido por técnicos do Sistema Nacional de Auditorias é definido como o cancelamento ou recusa, parcial ou total, de um orçamento, conta ou verba. Qual dos motivos abaixo determina a glosa total do procedimento realizado?

- a) Cobrança de parto ou cesariana com assistência ao recém-nato, sem a presença do pediatra ou do neonatologista na sala de parto.
- b) Ausência de boletim cirúrgico ou dados insubsistentes de boletins anestésicos e/ou cirúrgicos para comprovar o ato cirúrgico.
- c) Cobrança de parto ou cesariana, com assistência ao recém-nato, cuja sala de parto não esteja de acordo com a PT MS/SAS n.º 96, de 6/1994.
- d) Cobrança do componente I – incentivo ao parto em AIH (Autorização de internação hospitalar) cuja paciente não tenha feito o pré-natal de acordo com o estabelecido na PT GM/MS 570/2000.
- e) Cobrança da primeira consulta do pediatra na AIH, quando a unidade não possuir esse profissional em seu corpo clínico, ou ausência da ficha de atendimento específica (1.º exame).

30. A partir do cadastro de serviços e da Programação Pactuada Integrada estabelecida pela NOB 01/96, o gestor do Sistema Único de Saúde ou grupo de gestores devem estabelecer com os prestadores de serviços de saúde a quantidade de leitos, o número de consultas de especialidades, tipos de serviços de apoio diagnóstico e terapêutico que estarão sob o controle da Central de Regulação, e os protocolos que serão utilizados para referência dos pacientes. Para efeito de controle dos encaminhamentos, as unidades devem ser divididas em Unidades requisitantes e Unidades prestadoras. Em relação às Unidades requisitantes é INCORRETO afirmar:

- a) A unidade requisitante, ao acionar a Central de Regulação para internação hospitalar, deve informar o código de acesso da unidade.
- b) Ao encaminhar o paciente ao hospital indicado pela central, deverá ser preenchido o laudo de solicitação de internação.
- c) Nas internações eletivas, a unidade requisitante deve informar a patologia, o tipo de cirurgia a ser realizada e o dia programado para a sua realização.
- d) A solicitação da internação não deve ser feita obrigatoriamente por profissional de nível superior.
- e) Se a unidade prestadora recusar a internação solicitada pela unidade requisitante, a central deve comunicar imediatamente o fato ao gestor (Secretaria Municipal da Saúde) da sede do prestador.

31. A pneumonia adquirida na comunidade mantém-se como a doença infecciosa aguda de maior impacto médico-social quanto à morbidade e a custos relacionados ao tratamento. Com base nas Diretrizes brasileiras para pneumonia adquirida na comunidade em adultos imunocompetentes do ano de 2009, marque a alternativa INCORRETA:

- a) A taxa de mortalidade hospitalar mostra uma tendência ascendente, o que aponta para diversas hipóteses, tais como a internação de casos mais graves de pneumonia e o envelhecimento da população.
- b) O coeficiente de mortalidade por pneumonia varia conforme a faixa etária e aumentou na última década nas faixas etárias acima de 70 anos, sendo semelhante ao de outros países da América Latina.
- c) As internações por pneumonia tiveram, no ano de 2007, maior predominância do sexo masculino e maior ocorrência nos meses de março a julho.
- d) A presença de cavidade sugere etiologia por anaeróbios, *Staphylococcus aureus* e eventualmente bacilos gram-negativos.
- e) A taxa de internações por pneumonia vem aumentando desde a última década.

32. Escores de gravidade da pneumonia avaliam o prognóstico quanto à mortalidade em 30 dias e podem ser usados para identificar pacientes de baixo risco que são, portanto, candidatos ao tratamento ambulatorial. Sugerido pela British Thoracic Society, o CURB-65 baseia-se em variáveis representativas da doença. O que representa a letra C desse escore?

- a) Creatinina elevada.
- b) Confusão mental.
- c) Caquexia.
- d) Comorbidades associadas.
- e) Cianose central.

33. Os inibidores da enzima conversora da angiotensina (IECA) constituem o grupo de fármacos de maior importância comprovada em favorecer a evolução de pacientes com insuficiência cardíaca, tanto em relação à morbidade, como à mortalidade. Esta afirmação baseia-se em numerosos ensaios randomizados, placebo-controlados ou comparativos, que atestaram os benefícios dos inibidores da ECA nos diferentes estágios evolutivos da IC, desde os mais graves, aos moderados, e mesmo na disfunção ventricular sistólica assintomática. São mecanismos de ação dos IECA, EXCETO:

- a) Redução da pré-carga.
- b) Redução da pós-carga.

- c) Efeito antitrombótico.
- d) Diminuição da Bradicininina.
- e) Redução da remodelagem ventricular.

34. Em pacientes com baixo débito cardíaco, com ou sem congestão, o emprego de terapia inotrópica pode ser necessário para melhorar a perfusão tecidual e preservação da função de órgãos vitais. Apesar dessas drogas terem sido usadas efetivamente para aumentar a perfusão e o débito cardíaco, esses parâmetros hemodinâmicos não estão associados a melhores desfechos em pacientes com Insuficiência cardíaca (IC). Segundo a II Diretriz Brasileira de Insuficiência cardíaca aguda, qual das recomendações abaixo do uso de inotrópicos em IC é considerada classe I?

- a) Levosimendana para pacientes com sinais de baixo débito, sem choque cardiogênico, em uso de betabloqueador.
- b) Dobutamina, Milrinone ou Levosimendana para melhora dos sintomas de pacientes em baixo débito sem hipotensão arterial.
- c) Dobutamina para pacientes em choque cardiogênico, para suporte hemodinâmico, independentemente da etiologia da cardiomiopatia.
- d) Dobutamina, Milrinone ou Levosimendana para pacientes sem sinais de baixo débito.
- e) Milrinone para pacientes com sinais de baixo débito, sem choque cardiogênico, etiologia não isquêmica, em uso de betabloqueador.

35. Em relação às doenças exantemáticas, qual apresenta como manifestação clínica um exantema polimórfico, que são lesões maculosas, que evoluem para pápulas, vesículas com umbilicação central e crostas num período médio de 12 horas?

- a) Varicela.
- b) Escarlatina.
- c) Exantema súbito.
- d) Eritema infeccioso.
- e) Rubéola.

36. O Sarampo é uma doença exantemática causada pelo *Paramyxovirus*. São complicações causadas por esta doença, EXCETO:

- a) Anemia severa.
- b) Otite média aguda.
- c) Encefalite.
- d) Convulsões.
- e) Miocardite.

37. As dores de cabeça estão entre as formas mais frequentes de dor e correspondem a mais de 50% da queixa principal num consultório de neurologia. Qual das características abaixo indica a realização de tomografia computadorizada de crânio ou ressonância nuclear magnética de crânio?

- a) Cefaleia mensal.
- b) Cefaleia unilateral associada à fotofobia.
- c) Cefaleia progressiva.
- d) Cefaleia crônica diária.
- e) Cefaleia relacionada a esforço físico.

38. A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma condição clínica multifatorial caracterizada por níveis elevados e sustentados de pressão arterial (PA). Associa-se frequentemente a alterações funcionais e/ou estruturais dos órgãos-alvo (coração, encéfalo, rins e vasos sanguíneos) e a alterações metabólicas, com consequente aumento do risco de eventos cardiovasculares fatais e não-fatais. Qual é a recomendação proposta pela VI Diretriz Brasileira de Hipertensão arterial para o seguimento de um paciente que apresenta pressão arterial inicial de 130/85 mmHg?

- a) Reavaliar em 1 ano, estimular mudanças de estilo de vida.
- b) Reavaliar em 6 meses, insistir em mudanças do estilo de vida.
- c) Reavaliar em 6 meses, não sendo necessário mudança do estilo de vida.
- d) Confirmar em 1 mês, considerar mudança do estilo de vida.
- e) Iniciar tratamento medicamentoso.

39. Notificação compulsória é um registro que obriga e universaliza as notificações, visando o rápido controle de eventos que requerem pronta intervenção. Para construir o Sistema de Doenças de Notificação Compulsória (SDNC), cria-se uma Lista de Doenças de Notificação Compulsória (LDNC), cujas doenças são selecionadas através de determinados critérios como: magnitude, potencial de disseminação, transcedência, vulnerabilidade, disponibilidade de medidas de controle, compromisso

internacional com programas de erradicação, etc. Devido às alterações no perfil epidemiológico, à implementação de outras técnicas para o monitoramento de doenças, ao conhecimento de novas doenças ou à re-emergência de outras, há a necessidade de constantes revisões periódicas na LDNC no sentido de mantê-la atualizada. O Ministério da Saúde publicou a Portaria 2472, de 31 de agosto de 2010, que amplia a lista de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória e regulamenta o sistema correspondente. Dentre as doenças abaixo, qual foi introduzida na LDNC em 2010?

- a) Cólera.
- b) Doença de Chagas aguda.
- c) Febre maculosa.
- d) Febre Tifóide.
- e) Acidentes com animais peçonhentos.

40. A febre reumática (FR) e a cardiopatia reumática crônica (CRC) são complicações não supurativas da faringoamigdalite causada pelo estreptococo beta-hemolítico do grupo A e decorrem de resposta imune tardia a esta infecção em populações geneticamente predispostas. O diagnóstico da febre reumática é clínico, não existindo sinal patognomônico ou exame específico. Os critérios de Jones, estabelecidos em 1944, tiveram a sua última modificação em 1992 e continuam sendo considerados o “padrão ouro” para o diagnóstico do primeiro surto da FR. Qual das alternativas abaixo apresenta um critério maior de Jones?

- a) Febre.
- b) Artralgia.
- c) Elevação dos valores dos reagentes de fase aguda (VHS, PCR).
- d) Eritema marginado.
- e) Intervalo PR prolongado no ECG.

RASCUNHO

